



# Prefeitura Municipal de Soledade de Minas - MG

Rua Profª. Rosina Magalhães Ferreira, nº. 134 – Centro – CEP: 37.478-000

CNPJ: 18.188.235/0001-14

## LEI ORDINÁRIA Nº 1150/2025

Obriga a divulgação de cronograma dos serviços a serem executados por retroescavadeira, motoniveladora, pá-carregadeira, caminhões e tratores..

O Povo do Município de Soledade de Minas, Estado de Minas Gerais, por meio de seus representantes legais, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** O Município de Soledade de Minas-MG divulgará, com antecedência, o cronograma dos serviços a serem executados, no âmbito do Município, pelos seguintes equipamentos:

- I- retroescavadeira;
- II- motoniveladora;
- III- pá-carregadeira;
- IV- caminhões;
- V- tratores.

**Art. 2º** O cronograma abrangerá os seguintes veículos:

- I – de propriedade do Município;
- II – pertencentes a entidades conveniadas, quando a serviço do convênio;
- III – de prestadores de serviços que recebam recursos públicos municipais.

**Art. 3º** Os cronogramas serão organizados por tipo de equipamento e conterão, no mínimo:

- I – data prevista de início;
- II – data prevista de término;
- III – bairro ou localidade de atendimento;
- IV – descrição do serviço;
- V – indicação de execução em área pública ou privada;
- VI – classificação quanto à urgência ou emergência.

Parágrafo único. Quando houver mais de uma unidade do mesmo tipo de equipamento, deverá ser publicado cronograma específico para cada unidade.



# Prefeitura Municipal de Soledade de Minas - MG

Rua Profª. Rosina Magalhães Ferreira, nº. 134 – Centro – CEP: 37.478-000

CNPJ: 18.188.235/0001-14

**Art. 4º** Ao cronograma, será dada ampla publicidade, a exemplo de publicação no site oficial da Prefeitura, em seção específica de fácil acesso ou em mural público da prefeitura.

**Art. 5º** O cronograma deverá ser divulgado até o último dia útil da semana que anteceder ao dia de execução dos serviços.

**Art. 6º** Para fins de priorização como urgência ou emergência, consoante mencionado no artigo 3º, VI, poderão ser considerados, entre outros, os seguintes critérios:

I – risco à segurança de pessoas ou patrimônio;

II – impacto coletivo sobre trafegabilidade ou produção agrícola;

III – atendimento a políticas públicas definidas no Plano Plurianual ou na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**Art. 7º** O Poder Executivo regulamentará a presente lei no que couber.

**Art. 8º** Da publicidade exigida por esta lei, será observada a Lei Geral de Proteção de Dados – Lei Federal 13.709 de 2018.

**Art. 9º** Esta lei entra em vigor 60 (trinta) dias após a data da publicação.

Soledade de Minas, 10 de outubro de 2025

  
**LUCIO ANTÔNIO ALVES**  
Prefeito Municipal

**Publicação: Quadro de avisos da Municipalidade.**